

O texto de opinião: referencialidade, accionalidade e linearização

Ana Sousa Martins

Abstract: The aim of this paper is to propose an operative frame for the analysis of opinion articles which could benefit the teaching of reading and writing skills both in Portuguese as First and as a Second Language. By means of illustration, a comparative analysis of two opinion pieces will be carried out. It is argued that the focus on functional relations between speech acts in a coherent text is often neglected in favour of a semantic and referential approach. Nevertheless, it is precisely the opinion piece/essay which requires a close attention with regards to illocutionary composition, due to its preponderant argumentative dimension.

1.

O objetivo desta apresentação é propor uma estratégia de descrição do texto de opinião que contribua para informar uma abordagem metódica do ensino da leitura crítica e escrita de textos de opinião. A título ilustrativo, é levada a cabo uma análise comparativa de dois textos de opinião sobre um mesmo tópico da atualidade noticiosa: «Puigdemont, o errático», de Leonídio Paulo Ferreira, DN, 14/11/2017; «A fuga de Puigdemont», de Diana Soller, Observador, 3/11/2017.

Consideram-se duas dimensões básicas de análise, a saber:

(i) modos de referenciação, atinentes à realização linguística de conteúdo semântico enformado num enunciado/bloco de enunciados;

(ii) atos de composição discursiva, relativos às funções que esses agregados semânticos cumprem na orientação comunicativa global do texto;

Defende-se que, apesar de serem emergentes regularidades de combinatórias no que toca às convenções de sequencialização de estruturas, o mesmo não pode ser dito a respeito do desenho dos atos de composição textual. A transição de uns atos para outros ou o tipo de suporte que uns prestam a outros não é facilmente padronizável, ainda que os atos em si possam ser isolados. Os princípios organizadores destas transições e

suportes transcendem a organização linear referencial. Acresce que é neles que reside primordialmente o juízo sobre a eficácia comunicativa.

A partir da breve análise comparativa dos dois textos de comentário citados acima, mostrar-se-á como a sequencialização de estruturas dos dois textos se decalca (1- asserção dos factos; 2- avaliação; 3- fundamentação; 4- reasserção da avaliação), sem que o grau de eficácia comunicativa se possa igualar.

2.

A prática redacional do texto de opinião baseada apenas no apuramento de unidades representacionais, plasmada na linearidade discursiva, não garante a eficácia comunicativa do texto ainda que garanta a sua boa formação. A eficácia comunicativa reside na hierarquia e coerência dos atos ilocutórios de composição textual que transcendem a organização linear do texto (Fonseca, 1994)

Apesar de esta assunção ser consensual, a verdade é que o ensino de escrita, tanto em PLM e como PLE, é feito com incidência desproporcionada na organização da informação.

Os dois textos de opinião dados aqui para análise foram selecionados com o intuito de demonstrar que só sobrepondo a estrutura accional do texto à sua organização semân-

tica é que podemos ajuizar acerca da validade das operações escolhidas, concorrentes para o desenho claro de um rumo comunicativo, que deve percorrer todo o texto, e consequentemente para a sua eficácia comunicativa. O juízo sobre a eficácia comunicativa está assente nos seguintes critérios:

(i) o alocutário reconhece com facilidade a intenção comunicativa do locutor através da deteção de um só ato ilocutório dominante;

(ii) o que é dito, na forma como é dito, não deixa espaço à refutação/objeção.

Defendemos que, mesmo reconhecendo que o texto de opinião é o género de texto mais difuso e híbrido, desde logo porque é o menos influenciável pelo quadro institucional no seio do qual é publicado e possivelmente o mais matizado por normas culturais e sociais específicas de uma dada sincronia (Belmonte, 2007), o núcleo duro de definição do texto de opinião reside justamente na sua dimensão accional. Há texto de opinião quando detetamos claramente dois movimentos discursivos, que é onde reside a sua accionalidade fundamental:

a) Apresentação/explanação/exposição de eventos relevantes sobre um dado universo referencial

b) Avaliação sobre esses eventos

Na materialização e configuração destes dois grandes movimentos discursivos encontramos as articulações operadas sobre o conteúdo, de ordem representativo-descritiva, e os encadeamentos operados sobre a enunciação/ilocução.

Se considerarmos apenas a estrutura semântica do texto, atenderemos aos princípios constitutivos de um dado sistema de conhecimento, de base proposicional, à constância de isotopias e ao alinhamento de proposições em relação ao tema. É verdade que em contexto de ensino, a mestria por si só destas estratégias pode ser muito laboriosa. Ela exige (i) saber manter relações de dependência entre componentes, quer através

da seleção e distribuição de expressões nominais, de marcadores discursivos, de articulações sintáticas (participais, conjuncionais, etc); (ii) saber gerir a indexação do dito num certo quadro de verificação; e (iii) saber operar com as marcas de sequencialidade que fazem parte da atividade metadiscursiva explícita. No entanto, os alunos já treinam estas estratégias aquando da construção de um texto de qualquer outro género. O que o ensino da escrita de texto de opinião traz a mais é justamente a conjugação da configuração semântica de projeção linear com o desenho de agregados complexos de atos ilocutórios subordinado a um ato ilocutório principal.

Mas é este desenho ilocutório que é difícil de ensinar, porque, ao contrário da estrutura semântica à qual pode ser adstrito facilmente um padrão, os princípios de construção desses complexos ilocutórios são muito diversos, as transições de um ato a outro são muito heterogéneas, porque elas não são propriedades imanentes ao texto nem a uma lógica formal externa ou apriorística, mas antes estão dependentes dos contextos (situacionais e discursivos) de produção e interpretação do texto

3.

No exercício de análise que brevemente nos propomos realizar partiremos da descrição das articulações operadas sobre o conteúdo dos enunciados na materialização dos macro-atos de *exposição* e *avaliação*. Aqui os dois textos aproximam-se bastante. Porém, quando mais finamente descrevemos a estrutura accional de um e outro texto, fica claro que o desenho da intencionalidade comunicativa segue um traçado muito diferente de um texto para o outro, com consequências para o grau de eficácia comunicativa, pois vamos detetar num dos textos fragilidades na persecução do objetivo comunicativo global.

Os textos em referência estão reproduzidos nos anexos I e II e marcados nos parágrafos

com letras e nos enunciados com algarismos.

3.1.

Texto A - Puigdemont, o errático. A análise da estrutura semântica do texto A delinea-se nos moldes que a seguir se descrevem.

Neste texto, a *exposição* realiza-se na asserção dos factos veiculados no discurso da atualidade noticiosa imediata concernente à atuação de Puigdemont. Esta atuação con-substancia-se em:

(i) ações verbais e físicas contraditórias

a declara a independência vs. *a'* defesa de outra solução que não a independência

b declara-se presidente (em consequência de *a*) vs. *b'* não é presidente («presidente destituído»)

c é presidente (em consequência de *a*) vs. *c'* não é presidente, consequência da sua deslocação e estada na Bélgica

(ii) (in)ação verbal

a) atribuição integral de culpas a outrem

b) silêncio quanto a responsabilidades próprias

A *avaliação* (C) opera-se sobre a causa independentista e corresponde à assunção de que a independência da Catalunha não tem sustentabilidade. A fundamentação desta assunção está em que (i) é móbil insuficiente a especificidade da língua, cultura e história catalãs; (ii) é insuficiente o apoio popular; (iii) é inexistente a motivação política/económica/humanitária; (iv) é inexistente o apoio da EU; (v) é extremamente negativa a reação do mundo empresarial.

A *reasserção da avaliação*, que ocorre em D, retoma as duas isotopias que correm contiguamente no texto: (i) a insustentabilidade de uma Catalunha independente (C) e (ii) o comportamento inconsistente de Puigdemont (A e B).

Está garantida assim a coesão semântico-referencial do texto. Porém, se atendermos à

estrutura acional, verificamos que não são cumpridos os critérios que garantem a sua eficácia comunicativa, sendo possível detectar não um, mas dois atos ilocutórios dominantes concorrenciais.

Consideremos a condenação de Puigdemont como Ato Dominante 1 e teremos como atos subordinados:

Acusação 1: acusação de inconstância e imprevisibilidade é operada na marcação da transicionalidade excessiva da ação pelo recurso repetido ao marcador «agora» (A1 e A2), em que o locutor faz apelo ao conhecimento prévio do alocutário através da perífrase aspetual e advérbio deíctico situacional, na construção «continua assim a surpreender»;

Acusação 2: acusação de destabilização da região, realizada no semantismo negativo de «balcanização» (C3).

Acusação 3: acusação de desonestidade, realizada na sequência «ele próprio já percebeu». A garantia dada pelo locutor para assegurar a verdade do que diz – garantia que não pode deixar de ser dada por se tratar de um verbo psicológico – está na ativação de um *Warrant*, explicitável na seguinte formulação: *no momento atual, atendendo ao estado de coisas recente e aqui enunciado, é de aceitação geral que a independência é insustentável*; nesta medida, os contra-argumentos arrolados em C estão subordinados à construção desta garantia.

O alocutório que seguir este movimento de ilocução, no que é instrucionado, aliás, pelo título, pode apresentar uma refutação, segundo a qual a atuação de Puigdemont não é identificável com a causa independentista, não ficando assim bloqueada a viabilização da independência liderada por outro ator político - e a partir daqui rebater os contra-argumentos apresentados em C.

É, no entanto, também aceitável considerar a objeção à viabilidade e justificação da independência catalã como Ato Dominante 2,

concorrente do Ato Dominante 1. Nessa altura, os atos subordinados do Ato Dominante 2 são:

(i) a condenação de Puigdemont, sustentada pelas acusações 1, 2 e 3.

(ii) A rejeição dos argumentos projetados dialogicamente no discurso:

a) Há especificidade linguística, cultural, histórica

b) O povo quer

c) Há abusos do poder central

d) A UE pode apoiar

e) É bom para a prosperidade da Catalunha

A eficácia comunicativa do texto sofre assim um abaixamento decorrente da impossibilidade de detetar inequivocamente a intenção comunicação global, expectavelmente adstrita a um só ato dominante.

3.2.

Texto B - A fuga de Puigdemont. No texto B, podemos encontrar a mesma organização semântico-referencial que detetámos no texto A, a saber:

(i) a *exposição*, na asserção dos factos da atualidade noticiosa (13 acusados com medidas de coação; um acusado em fuga);

(ii) a *avaliação* negativa da ação de Puigdemont como sendo um completo fracasso;

(iii) a fundamentação da legitimidade de o locutor asserir «falhou em toda a linha», presente em todo o parágrafo C, sendo que a falta de apoio popular (D) e a fuga (E) são consequências de Puigdemont ter falhado;

(iv) a *reasserção* da avaliação (*Puigdemont falhou*) cujos antecedentes estão referenciados resumativamente em «suas próprias escolhas» (F2), antes discriminados em B e C.

Porém, ao contrário do verificado no texto A, detetamos no texto B um único ato ilocutório dominante: a acusação de cobardia, formulada em F4 e F5 e sustentada pelo ato

subordinado de condenação da fuga. Encaixa esta condenação:

(i) a contraposição de Puigdemont com os restantes 13 arguidos, que não fugiram

(ii) a explicitação das causas da fuga: risco de prisão até 30 anos (A2) e série de ações falhadas e suas consequências (explanadas de B3 a D4).

4.

Ensina-se a linearização de agregados de conteúdo, vazados em estruturas sequenciais dependentes (em hierarquias simples de 1 ou 2 níveis), mas esquecem-se as propriedades funcionais baseadas na teoria da ação, ou seja, o modo como atos ilocutórios complexos contêm elementos accionalmente dependentes e integrados, rumo a um propósito comunicativo que assim fica para o locutário inequivocamente identificado e que, cumulativamente, o põe na posição de não poder deixar de aceitar o que lhe está a ser dito.

Referências

Belmonte, I.A. (2007) Newspaper editorial and comment articles: A Cinderella genre?. *Rael: Revista Electronica de Linguística Aplicada* 1: pp.1-9.

Fonseca, J. (1994) Dimensão accional da linguagem e construção do discurso. In J. Fonseca (ed.) *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto, Porto Editora, pp. 105-131.

ANEXO I

Puigdemont, o errático

DN, 14/11/2017

Leonídio Paulo Ferreira

A (1) Declarou a independência e agora diz que outra solução é possível. **(2)** Carlos Puigdemont, presidente destituído do governo da Catalunha, continua assim a surpreender, agora na Bélgica, onde achou por bem se exilar para escapar à justiça espanhola.

B (1) Na entrevista ao diário francófono *Le Soir* deita as culpas da caótica situação política na Catalunha (sob tutela direta de Madrid até às eleições regionais de 21 de dezembro) aos sucessivos governos espanhóis, sobretudo os da direita, primeiro com José Maria Aznar e desde 2011 com Mariano Rajoy. **(2)** Sinais de autocrítica (como alguns aliados) é que não, apesar de ter ousado encabeçar uma luta independentista que ele próprio já percebeu não levará a nada.

C (1) A Catalunha até tem argumentos para ambicionar um caminho próprio, como a sua língua e cultura com um milhar de anos. **(2)** Mas no quadro da Espanha democrática, e também no da União Europeia, uma história com especificidades é pouco para proclamar a independência: falta-lhe o apoio de uma sólida maioria da população (talvez conte com metade) e de uma razão de queixa válida, uma dessas opressões que alguns povos realmente sentem mundo fora. **(3)** Puigdemont não percebeu que pelo menos metade dos catalães não comunga da sua ambição de independência; ignorou que os grandes partidos espanhóis estariam unidos contra a balkanização do país; não percebeu que a Europa não quer divisões mas sim aumentar a unidade; ignorou que as empresas sabem melhor do que ninguém que a alma do negócio, ou seja, a prosperidade catalã, tem muito que ver com o vasto mercado espanhol e, portanto, reagiram ao referendo independentista de 1 de outubro votando com os pés.

D (1) Só um grande resultado do bloco independentista a 21 de dezembro poderá dar algum ânimo a Puigdemont. **(2)** Não que a independência passasse a estar mais perto, sim porque o caos teria terreno para se prolongar, com todos os imponderáveis associados. **(3)** Mas com tantos ditos por não ditos, com tantas contradições acumuladas ao longo destes meses, Puigdemont cada vez mais parece o líder errático de uma causa perdida.

ANEXO II

A Fuga de Puigdemont

Diana Soller

Observador, 3/11/2017

A (1) As autoridades judiciárias espanholas foram o mais duro que a lei permitia com os líderes catalães envolvidos nos episódios que levaram à crise separatista. **(2)** Seis deles foram acusados pela *Fiscalia General* (o equivalente à Procuradoria Geral em Portugal) de rebelião, sedição e má gestão de dinheiros públicos, com uma moldura penal que pode ir até 30 anos – a mais pesada prevista pelo código legislativo para suspeitos de crimes desta natureza. **(3)** Foram chamados a depor 14 indiciados, entre conselheiros do governo e membros da mesa do parlamento regional. **(4)** A maioria ficou em prisão preventiva.

B (1) E Puigdemont? **(2)** Fugiu e permaneceu em Bruxelas. **(3)** Quis ser líder de um golpe de estado separatista e falhou em toda a linha. **(4)** Por quatro razões. **(5)** Primeiro, porque lançou um desafio monumental a Madrid e, até ver, perdeu a batalha. **(6)** Ao princípio, conseguiu os seus intentos porque, apesar de o governo estar protegido pela legalidade e as regras do estado

CADERNOS WGT: (Novos) Balanços e perspetivas

[Brocardo, M. T. & Clara Nunes Correia (orgs.) (2018) Lisboa: FCSH | NOVA]

de direito, caiu no erro de usar força desproporcional contra a população (ou pelo menos assim pareceu, pelas imagens que correram mundo). (7) Mas assim que isso deixou de acontecer – quando Mariano Rajoy deu um prazo à Generalitat para o esclarecimento da proclamação de independência e da sua imediata suspensão, o que marcou um *volte-face* na política de Madrid, Puigdemont perdeu a força. (8) Mostrou que sem opositor aguerrido teria muita dificuldade em fazer política.

C (1) Em segundo lugar, porque no dia 28 de outubro, quando acabava o prazo para os esclarecimentos a Madrid (e ao mundo), mostrou estar refém dos partidos da coligação. (2) Percebeu-se que Puigdemont terá tentado uma solução de compromisso com o governo central (preparava-se para convocar eleições antecipadas), mas que foi impedido por membros mais radicais do Juntos pelo Sim. (3) É verdade que em coligações funcionais todos os membros, proporcionalmente, têm uma palavra a dizer. (4) Mas as posições públicas, especialmente nestas circunstâncias, não têm força nem credibilidade na desunião. (5) Especialmente quando se percebe que o partido que detém a maioria dos lugares no parlamento é controlado por partidos mais pequenos.

D (1) Em terceiro lugar, Puigdemont perdeu a rua e os eleitores catalães. (2) As sondagens mais recentes mostram duas tendências: (i) uma percentagem significativa dos catalães que se declara a favor da independência não acredita que os métodos usados até aqui levem à secessão que ambicionam. (3) E (ii) os eleitores deixaram de acreditar na capacidade política do PDeCAT (o partido de Puigdemont). (4) Cai a pique nas intenções de voto, especialmente para a ERC, os republicanos de tradição independentista.

E (1) Neste contexto – e este é o quarto ponto – Puigdemont tinha duas saídas possíveis: assumia as suas responsabilidades e comparecia em tribunal, o que até lhe podia granjear um estatuto de um certo martírio pela causa que defende, ou fugia para se preservar dos eventuais castigos da justiça espanhola. (2) Optou pela segunda possibilidade. (3) E assim caiu pelo seu próprio pé, sem glória, e sem ser empurrado por ninguém.

F (1) Agora, de Bruxelas, Puigdemont critica aquilo a que chama “repressão política” dos tribunais e diz que o estado espanhol atenta contra a democracia. (2) Mas bem pode dizer o que quiser, que, pelas suas próprias escolhas e como as sondagens mostram, caiu em descrédito. (3) Por muito que me desagrade a atitude de Puigdemont, Espanha e a Catalunha estão melhor sem ele. (4) Ser líder seja daquilo que for, e mais ainda de um movimento separatista, não é para quem quer. (5) É para quem está disposto a pagar o preço pelos seus atos.